

ATA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-01-2022.

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dez horas e vinte e sete minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alvoni Medina, Gilson Padeiro e Mauro Pinheiro. A seguir, o Presidente declarou Leonel Radde empossado na Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 048/21 (Processo nº 1224/21), após ser discutido por Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Matheus Gomes e Jonas Reis. Foi REJEITADA a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 048/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, em votação nominal solicitada por Giovane Byl, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi APROVADO o Projeto de Lei do Executivo nº 048/21, por VINTE E UM VOTOS SIM e TREZE VOTOS NÃO, em votação nominal solicitada por Giovane Byl, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Os trabalhos foram suspensos das onze horas e vinte e oito minutos às doze horas e oito minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Foi APROVADO requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando que o Projeto de Resolução nº 050/21 e Projeto de Lei do Executivo nº 056/21 fossem votados sem

pronunciamentos, em bloco e simbolicamente. Em discussão geral e votação, foi APROVADO o Projeto de Lei do Executivo nº 056/21 (Processo nº 1357/21). Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Resolução nº 050/21 (Processo nº 1005/21). Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria da Mesa Diretora, ao Projeto de Resolução nº 050/21. Foi APROVADA a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Resolução nº 050/21. Foi APROVADO o Projeto de Resolução nº 050/21. Às doze horas e vinte e dois minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de janeiro do corrente. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Giovane Byl. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Estão abertos os trabalhos da 003ª Sessão Extraordinária. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 10h27min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Ver. Leonel Radde, eu o declaro empossado na Comissão de Constituição e Justiça, pois o senhor não pôde comparecer ontem.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1224/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 048/21, que cria o cargo de Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação (Analista TIC), no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre, constante da letra *a* do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores e altera a descrição do cargo de Analista de Tecnologia da Informação, constante no Anexo II da Lei nº 8.986, de 2 de outubro de 2002, e alterações posteriores. **(SEI 118.00329/2021-87)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 20-12-21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE n° 048/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Bom dia, Presidente, parabéns pela sua eleição merecida. Tenho certeza de que será um grande Presidente desta Casa. Bom dia, colegas vereadores e vereadoras, encaminho pelo Partido dos Trabalhadores, em nome dos vereadores Oliboni, Jonas Reis e Laura Sito. Nós temos aqui um projeto extremamente nefasto para a nossa cidade. Nós debatemos, ao longo de 2021, tudo aquilo que foi feito em relação ao serviço público. Nós defendemos a Procempa e tivemos aprovado aqui, na Casa, um projeto que praticamente abriu as portas para a privatização da Procempa, essa empresa lucrativa, essa empresa extremamente necessária que, durante a pandemia, foi essencial, e a Procempa então foi atacada já nos primeiros dias de governo. Semana retrasada, antes do recesso, tivemos também um outro projeto apresentado nesta Casa com o objetivo, mais uma vez, de terceirizar o serviço de TI junto à Prefeitura. Agora, temos aqui outro projeto com novas terceirizações de um serviço que pode ser prestado com qualidade pelos servidores da Procempa, servidores e servidoras extremamente qualificados, capazes e que estão prontos para atuar em defesa da população de Porto Alegre, em defesa do serviço público e são menosprezados em prol de uma terceirização desnecessária, talvez com o objetivo de fazer algum ajuste, de fazer algum tipo de contrapartida com algum outro interesse que nós não sabemos. Porque não faz o mínimo sentido que o Sindppd, que todas as associações representativas dessas categorias demonstrem cabalmente, matematicamente, o quanto são capazes, o quanto prestam um serviço necessário e bem-feito, o quanto suportaram toda a demanda e a carga da covid no sistema de tecnologia de informação que vinculava os postos de saúde, hospitais, o quanto vinculam inclusive a Prefeitura, todos os bancos de dados, todas as informações que podem ser acessadas com qualidade tanto no DMAE quanto pela própria administração central. Nós temos então um desprezo pela Procempa e, mais uma vez, vem até esta Casa um projeto de terceirização que tem como objetivo enfraquecer, tem como objetivo privatizar, e nós da bancada de oposição, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores vamos nos opor, porque estamos juntos com o Sindppd, estamos juntos com os servidores e as servidoras, estamos juntos com o controle público sobre a tecnologia da informação, estamos juntos com a Procempa, estamos solidários e acreditamos no papel que ela cumpre para a nossa cidade. Infelizmente, este tipo de

projeto é apresentado num período de recesso, numa sessão extraordinária que nós acreditamos ser extemporânea, desnecessária. Mas isso é um recado, mais uma vez, no início do ano, que a Prefeitura envia para os servidores e servidoras não só da Procempa, como enviou no ano passado para todos os servidores, como tinha como objetivo trazer... Felizmente, a Prefeitura retirou essa demanda, mas tinha apresentado um projeto que atacava, mais uma vez, a previdência dos servidores e servidoras. E, infelizmente, nós estaremos novamente na resistência e fazendo a defesa do que é público, do que é de qualidade e estaremos ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE n° 048/21, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente eleito para este ano de 2022, Ver. Idenir Cecchim, eu o parabenizo pela eleição como também todos os membros da Mesa Diretora, novas lideranças, presidentes de comissões, enfim, o andamento da Casa do Legislativo, embora, no dia de hoje, seja uma sessão extraordinária. Quero também fazer esse registro de que assumo a liderança da oposição num acordo do bloco de oposição, substituindo o meu nobre querido companheiro Pedro Ruas, grande líder não só aqui como foi na Assembleia Legislativa e na sua luta da militância. Portanto, teremos, com certeza, Ver. Pedro Ruas, colegas vereadores e vereadoras, sempre a tentativa de abertura de diálogo para podermos chegar, quem sabe, num consenso daquilo que aqui é proposto, seja por vereadores, vereadoras ou pelo próprio governo municipal. Um bom ano a todos e a todas!

Neste momento, nesta sessão extraordinária, como tem cinco projetos do governo e o primeiro que ora estamos discutindo, ele não muda a linha de privatização, de terceirização, infelizmente, do atual governo. O atual governo Sebastião Melo e nós, como oposição, fazendo uma oposição responsável, colocamos que é claro e preciso para todos nós que o governo Melo é comprometido com o capital, ele é comprometido com as grandes empresas, com as grandes concessionárias, e não foi diferente no transporte público com a questão das concessionárias que têm hoje o controle do transporte público. Percebemos ao longo do primeiro ano essa grande mudança, segundo o prefeito, mas a mudança a que ele se refere não é para uma melhor qualidade de vida do cidadão, com geração de emprego, uma vida melhor e também uma oneração menor, como acontece hoje no transporte público e em tantos outros serviços. Nesse aspecto, quem ganhou foi o grande, com a redução do ISSQN, e mais do que isso, os que mais ganham e vendem no 4º Distrito são os que menos pagam os impostos. Tem uma reclamação pontual e clara nos diversos bairros da cidade sobre essa questão pontual do nobre prefeito municipal Sebastião Melo quando, por exemplo, e encaminha um projeto de lei à Câmara, da revitalização do Centro Histórico. Creio que nesse aspecto, quando falamos que o governo tem uma linha de privatização e terceirização,

não é diferente neste projeto de lei, Ver. Robaina, em relação à Procempa, quando na semana passada ele já cria vários cargos de técnico para desenvolver um trabalho dentro da Procempa, menosprezando a área técnica que hoje lá existe, e agora vem com outro projeto criando mais cinco cargos. Então, nesse sentido, nós avaliamos, do ponto de vista estratégico do governo municipal, que ele caminha a passos largos para a terceirização ou privatização de órgãos públicos que são importantes para manter a nossa querida Porto Alegre. Foi assim na saúde, foi assim na educação e em outros serviços. Portanto, creio que a nossa bancada de oposição votará contrariamente a este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 048/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, agora já eleito e empossado Idenir Cecchim, meu amigo de tantos anos, mais de 30 anos de amizade, a gente fica muito feliz em vê-lo na presidência, e sei que será uma grande gestão. Conte conosco. Quero cumprimentar minhas amigas, meus amigos, colegas, Ver. Roberto Robaina, em nosso nome, quero saudar o Ver. Oliboni, nosso novo líder da oposição, e dizer que todos nós queremos fazer um bom trabalho, particularmente, nesses 250 anos de Porto Alegre, cujo compromisso é sempre com a cidade. Tenho certeza de que o Oliboni cumprirá uma etapa e uma função muito importante, querida Gabi, a quem saúdo em nome do PCdoB, das nossas vereadoras Bruna e Daiana.

Com relação a este projeto, fez bem o Ver. Oliboni, assim como o Ver. Leonel Radde, Ver.^a Mônica, quando se referiu à Procempa e ao Sindppd. Eu explico. Toda nossa manifestação de oposição, no período dos projetos relativos à Procempa, era de que o governo queria, na prática, inviabilizar a existência da Procempa. Isso era um problema, por vários fatores, mas um em principal: o *know-how*, a expertise, o acúmulo de conhecimento - como vocês queiram chamar - que a Procempa e seus técnicos detêm, em termos de tecnologia de informação, é espetacular. Nós não temos paralelo a isso no Estado; nem é em Porto Alegre, é no Estado. Talvez, haja no Brasil - não sei a realidade, por exemplo, do Rio, São Paulo, Minas, Bahia, Ceará -, mas eu não conheço. Eu sei que no Estado não há, a não ser que tenhamos como parâmetro outra empresa dessa natureza, que é a Procergs. Então, se nós temos Procergs e Procempa, nós temos o melhor da tecnologia da informação no Estado e na capital, Porto Alegre. O governo vem, agora, criar cargos para buscar um conhecimento que já existe, talvez, em nível superior. Ora, não tem como ser a favor, nós temos que votar contra. O fato de ser extraordinária ou não a sessão, para mim, não muda a circunstância de que o projeto é ruim. Ele já foi analisado, debatido, em período normal, e eu já havia me manifestado nesse sentido. Agora, em nome do PSOL, cuja liderança eu assumi no dia de ontem, substituindo o ilustre Ver. Roberto Robaina, meu presidente municipal do PSOL e que vai presidir a Comissão de Educação... Então, com muita honra eu assumo essa função

de líder da bancada, que tem Roberto Robaina, Karen Santos e Matheus Gomes, e nós temos aqui uma posição contrária, Ver. Cecchim. Encaminho a conclusão para dizer que não haveria necessidade, sequer de discutir um projeto desses, se nós tivéssemos mantido a Procempa nas suas funções originais. E não há necessidade, mesmo agora, se nós utilizarmos os técnicos da Procempa para esse tipo de função. Era isso. Nós vamos votar contra. Muito obrigado, Presidente Idenir Cecchim.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 048/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, nesta primeira oportunidade de plenário, desejando ao amigo um ótimo mandato, com a nossa parceria, com a parceria deste plenário. Os debates democráticos fazem parte do dia a dia, e tenho certeza que nós vamos fazer do ano de 2022 um ano muito propício para o debate e para o diálogo, pois, sem debate e sem diálogo, nós ficamos na mesma, perdemos o sentido da boa política.

Mas este projeto, qual seja, a contratação desses cinco profissionais, vem ao encontro da Lei nº 12.828/21. Essa lei terminou praticamente com o monopólio da Procempa. Essa foi a realidade. A Casa, por maioria absoluta, com uma maioria do governo, entendeu, por outras razões, e por muitas razões do passado, que nós deveríamos, sim, não prejudicar os funcionários da Procempa, mas encaminhar uma dinâmica diferente para Porto Alegre. Então, essa contratação é possível devido a essa lei, que permite um novo modelo de contratação de serviços de tecnologia de órgãos municipais, inclusive, para implantação da política de governança, tecnologia da informação e comunicação, que é a que o projeto se propõe, para que o governo tenha autonomia e independência para contratar o setor privado e prestar serviços à população. É esse o objetivo da lei, e esse projeto vem ao encontro dessa lei. Portanto, permitirá uma melhora no serviço prestado pela Procempa, como integração com seus profissionais, sem ferir a autonomia do Município, quando mantém a continuidade do serviço, mesmo com períodos de greve da Procempa, Ver.^a Lourdes. Nós não podemos ficar reféns de alguns órgãos da Prefeitura. A comunidade fica refém, a sociedade fica refém, o governo fica refém de algumas categorias que se acham maiores que outras e que, a qualquer momento, fazem greve, prejudicando a sociedade porto-alegrense. E o Executivo quer fazer a sua governança. Cada prefeito faz, e respeitamos, a sua governança. E a governança que está dando certo é essa que nós, a maioria, estamos apoiando, que é uma movimentação, uma mobilidade, uma revitalização de várias questões de Porto Alegre, mudanças essas, às vezes, até profundas, porque isso se faz necessário para uma melhor dinâmica do quadro funcional, da governança e da cidade de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 048/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Bom dia, Presidente Idenir Cecchim, quero, primeiramente, te cumprimentar pela belíssima posse, uma posse muito bem representada, não só pelos colegas vereadores, mas pelas entidades de classes. Nós tivemos, aqui, uma representatividade muito importante. A gente viu, ontem, vários deputados federais, estaduais, o Sindilojas, a CDL, o pessoal da Maçonaria, e tantas outras entidades e segmentos importantes que vieram aqui na Câmara de Vereadores, e que, por certo, vieram prestigiá-lo. E, prestigiando nosso Presidente, prestigia toda esta Casa. Por isso, o parabenizo novamente e desejo que sua presidência seja muito profícua, e que nós possamos, nesta Casa, dar andamento a tantos trabalhos e projetos necessários para Porto Alegre.

Quero cumprimentar os colegas vereadores, vereadoras, dizer que bom que estamos juntos, em 2022, ano de muito trabalho, novamente. Quero parabenizar todos nós que, no ano passado, fizemos muitas votações importantes, discussões, que são salutares, dentro do espírito republicano, no sentido de que as ideias, se divergem, são diferentes, mas todas as diferenças fazem com que haja um crescimento no debate e nas discussões que são sempre salutares. E pelas votações que fizemos, votações importantes a curto, médio e longo prazos para Porto Alegre. Os porto-alegrenses que nos elegeram, elegeram 36 vereadores, desejam que esses vereadores possam, efetivamente, trabalhar por Porto Alegre, fazendo melhorias nas mais diversas áreas, para que saúde, educação, segurança, saneamento tenham sempre, como princípio, a excelência dos serviços. Quero também cumprimentar o público que nos assiste pela TVCâmara, as pessoas que estão aqui, e desejar aos funcionários da Câmara de Vereadores, aos nossos assessores, um feliz 2022, com muita saúde e com muito trabalho. Sabemos que este ano é um ano de eleições, mas que as eleições não atrapalhem, de forma alguma, o fluxo que deve ter na nossa Casa.

Falando do primeiro projeto, é importante a gente dizer que é um projeto do governo que está criando o cargo de analista de tecnologia da informação e comunicação, ou seja, analista TIC. É importante, são apenas cinco cargos. Importante por quê? Porque o governo necessita, dentro da sua estrutura, dentro do gabinete do prefeito, do gabinete do vice-prefeito e em algumas secretarias, pessoas que estejam capacitadas, pessoas que sejam específicas dessa área de atuação. Eu vejo alguns vereadores falando: "Ah, desestatizaram, não é? Tiraram o monopólio da Procempa e agora estão procurando pessoas que trabalhem com tecnologia da informação e comunicação". Uma coisa não tem nada a ver com outra. Isso aqui são cargos que estão sendo criados e que dizem respeito à necessidade do governo, de algumas secretarias. A Procempa continua tendo os seus trabalhadores, tendo as pessoas que fazem o serviço de uma forma que não impeça o governo de continuar o seu trabalho. Eu quero pedir aos vereadores que possam votar "sim" nesse projeto. É um projeto muito simples, é um projeto que não tem muita inovação, mas que tem exatamente a necessidade do governo de ter pessoas capacitadas, profissionais de tecnologia da informação, o TIC, como a

gente fala, para trabalharem na melhoria, na gestão do governo. Eu não vejo problema nenhum que nós possamos dar essa mão para o governo, auxiliar o governo, de certa forma, a melhorar essa parte que vai estar dentro do Executivo, não tem nada que ver com a Procempa. Por isso, solicito aos colegas vereadores os seus votos "sim", para que a gente possa dar mais qualificação para o governo municipal. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 048/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente Idenir Cecchim, mais uma vez, os meus cumprimentos; nova presidência, nova Mesa Diretora para o ano de 2022. As presenças, prestigiando a posse, valorizaram muito esta Câmara e os nomes indicados. Desejamos que assim seja este ano, que este plenário seja respeitado, que nós tenhamos as presenças públicas com todo o respeito a nós, que é o que nós fizemos com os nossos coletivos, com o nosso público. Desejamos o melhor para Porto Alegre, o melhor para esta Câmara na gestão do Ver. Idenir Cecchim, meu colega de partido, nosso líder de bancada até então.

Falando sobre este projeto, nós observamos, nesta pandemia, a mudança que houve em nossas vidas, o interesse pós-pandemia pela tecnologia. Tivemos que nos adaptar, nos adequar em nossas casas, para fazer *home office*. As nossas sessões plenárias – foi a primeira Câmara que instituiu, o ano retrasado – foram sempre *on-line*. Hoje a gente chama de híbrida, já que tem *on-line* e presencial, mas mudaram as nossas vidas. Não é diferente com esses novos desafios, com a transformação digital, a que nós, que vimos de outra geração, temos que nos adequar, mas jamais teremos a rapidez dos jovens profissionais que estão iniciando a carreira, que estão atualizados. Afinal, é isso que estamos vivenciando. Quando se imaginaria, anos atrás, que iríamos lidar com finanças, com recursos num celular, fazendo pagamentos? Hoje tem o tal Pix, paga Pix, empresta Pix, pedidos de ajuda nas redes por Pix, e se faz o confronto pelos extratos bancários. Isso era inimaginável anos atrás. Nós, a nossa geração, estamos nos adequando. Esta pós-pandemia trouxe, principalmente, o *home office* e a necessidade de nos adequarmos e conhecermos mais sobre computação.

A cidade evoluiu, e como evoluiu nesse um ano, e como se trabalhou em projetos nesta Casa com modificações. Não é diferente a necessidade de novos profissionais, muitos estão se aposentando, muitos têm uma especialidade que não dá para retroagir e fazer uma nova, já que tem outros profissionais que estão se formando. O Brasil forma 45 mil profissionais nesta área, mas, segundo as associações, segundo as pesquisas, necessitaria de 70 mil, para cobrir novas vagas. Hoje nós ouvimos falar - mudou, e não é a questão da Procempa, mudou muito - de computação em nuvem, inteligência artificial, a robótica já se via há mais tempo, como análise de dados. Nós estamos aqui aprovando a permissão para esses profissionais atualizados, nós também temos que dar oportunidades. Já que existe essa possibilidade de contratar novos

profissionais, eu não vejo por que ser contra, não é desmerecer ninguém. Eu tenho uma profissão em que atuei por quase 25 anos, como auditora. Hoje mudou, hoje é o controller, hoje é tudo informatizado. Antes se tinha o Word para fazer relatórios, para fazer o cruzamento de informações. Hoje se senta na frente de uma tela de computador e se pesquisa a vida de quem quer que seja, para chegar a uma conclusão de uma análise pelos controllers, antes, auditores fiscais. Então eu vejo que essa carência está sendo preenchida, é uma proposta que não é para qualquer profissional, é para quem vai atuar nas novas modalidades de tecnologias, que nós temos que correr atrás. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLE nº 048/21.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia, Presidente Idenir Cecchim, parabéns pela posse de ontem, muito linda, tenho certeza de que o senhor vai fazer um brilhante trabalho à frente da presidência da Câmara. Quero cumprimentar os meus colegas vereadores e vereadoras, Ver.^a Bruna, sorridente; com relação a este projeto, eu gostaria de dizer que nós sabemos da necessidade e da importância da criação desses cargos. Quando a gente fala em analista de tecnologia da informação, tudo hoje é baseado em informação e comunicação, nós precisamos ter bons profissionais e precisamos, enquanto Município, poder decidir quem nós queremos, como nós queremos e onde nós queremos.

Quando nós votamos aqui a Procempa, no ano passado, ela deixou de ser exclusiva do Município, então, hoje nós temos uma emenda que não procede, não pode ficar a critério da Procempa essa decisão e esse domínio. Isso, em princípio, não existe. Quando a gente votou, a gente decidiu que outras empresas poderiam participar dessas solicitações para atendimento a sistemas e soluções através de um novo modelo de contratação, e é isso que nós estamos fazendo hoje aqui, oportunizando e aprovando este projeto. O líder da oposição, Ver. Oliboni, comentou, inclusive aqui, fugiu um pouco do tema, sobre o aumento dos impostos, que os grandes se beneficiaram com isso. Eu nunca vi grande receber mais do que pequeno, porque imposto, quando é reduzido, é reduzido para todos, é para os grandes e é para os pequenos, e eu não entendi por que veio à tona. A gente não escolhe, quando vai reduzir "ah, eu vou reduzir daquele lá que é bem grande, que é um empresário de nome, e vou deixar o pobre sem reduzir imposto", isso não existe.

Eu entrego, agora no final de janeiro, a Procuradoria da Mulher, feliz e consciente de que nós conseguimos fazer um bom trabalho, mesmo em pandemia, voltado às mulheres; tivemos agora uma exposição das mulheres. Assumo a presidência da COSMAM que é uma luta que nós temos há muito tempo com relação à saúde de qualidade para as pessoas, que nós sabemos o quanto é importante. Ontem nós perdemos uma menina por falta de atendimento, e isso não pode acontecer na nossa cidade, seja onde for. Nós precisamos de saúde de qualidade, então nós vamos

trabalhar, durante este ano de 2022, muito, para que casos como esse não aconteçam mais. Nós vamos fiscalizar, nós vamos estar mais externos e fiscalizando, porque, como diz o nosso prefeito, a cidade tem pressa e quem corre por gosto não se cansa. Nós vamos votar favoravelmente ao projeto, e eu peço aos colegas que façam o mesmo e que rejeitem a emenda. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 048/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Cecchim. Cumprimentar os vereadores, todos que estão nos acompanhando; acho bastante interessante o debate que está sendo feito sobre este projeto, especialmente porque ele é uma consequência daquilo que nós aprovamos anteriormente, na Lei da Liberdade Tecnológica, onde pode se contratar fora da Procempa, mas um problema que me parece claro aqui, é que a Procempa não parece estar sendo reduzida, não parece estar sendo enxugada. É uma posição do NOVO já, de ser favorável à privatização da Procempa, e nós nunca deixamos de debater essa posição, de ser a favor que possa se reduzir essa empresa, e, pelo contrário, nós estamos vendo agora uma criação de cargos de analistas de TI e no modelo que a gente acha que é bastante problemático. Se você faz justamente a contratação de servidores de TI no Município, você vai ter, inevitavelmente, o mesmo problema que a Procempa teve e que levou, justamente, à ineficiência na Procempa, que muitos servidores, ao longo do tempo, vão perdendo as qualidades técnicas e a atualização de linguagem de programação, de *software*, de *hardware*, fazendo, inclusive, depois de 20, 30 anos de trabalho, com que a Prefeitura não consiga usufruir do melhor desempenho da tecnologia que está disponível. Então eu acredito que, sem ter uma sinalização mais clara de enxugamento da Procempa como uma contrapartida para a criação dos cargos ou ainda assim fazendo de uma maneira que eu acho que seria a mais correta, talvez terceirizando, contratando uma empresa de TI que possa fazer essa consultoria de contratação, de compra, possa ser mais eficiente, mais efetivo e não impor um custo para o Município, que vai se dar durante todo o tempo de vida útil desse contrato de trabalho de novos servidores que vão ser lotados nesses cargos. Por isso eu não vejo com simpatia este projeto e também acho que a emenda da oposição vai completamente no sentido contrário ao interesse do Município, fazendo uma vinculação ainda de intermediação da Procempa, que deve ficar vinculada à Procempa, ou seja, volta a discutir um tema que nós já superamos, enquanto Câmara Municipal; volta a colocar a Procempa no meio desse debate, enquanto que agora nós estamos evoluindo num debate sobre como é que a gente consegue dar eficiência à tecnologia de informação no Município, como é que a gente consegue tornar mais efetiva para que a gente possa, efetivamente, ter os benefícios da Lei da Liberdade Tecnológica da Procempa, que é a redução de custos e ganho de tecnologia para o Município. Desse jeito, nós não vamos

ver essa redução de custos, nós vamos acabar tendo, justamente, um aumento de despesa por conta desse gasto de salários e, ao mesmo tempo, nós vamos ter ainda a Procempa para dar conta, para estar pagando, para estar, enfim, trabalhando num tema semelhante. É esse o meu ponto inicial de discussão, agradeço a atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 048/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Presidente Idenir Cecchim, o cumprimento pelo início da sua gestão, mando meu abraço a todos os vereadores e agradeço também as mensagens de preocupação e de carinho que recebi. Terminei hoje os meus dez dias de isolamento, felizmente passei por essa dificuldade com poucos sintomas, a maioria dos dias praticamente assintomático, e reforço a necessidade de a gente fazer a nossa população tomar as duas doses, a terceira, se cuidar, porque, realmente, estamos diante de um período de aumento de contágio e a vacina é o instrumento para nos proteger. Então, hoje, felizmente, encerrando já esse período de isolamento.

Pois bem, esse tema que está em debate, achei interessante o rumo que a discussão tomou, porque, nas falas de boa parte dos vereadores da base do governo, a gente viu a tentativa de ser criada uma dicotomia entre os que defendem o avanço tecnológico e aqueles que parecem ficar presos ao atraso. É interessante essa discussão, porque ela não corresponde à verdade do processo de desenvolvimento tecnológico das sociedades, inclusive das sociedades capitalistas, de estados que são a vanguarda do próprio liberalismo, que têm na sua estrutura de Estado o ponto central de desenvolvimento tecnológico, de experimentação, de inovação, de produção científica. É isso que acontece, que é completamente diferente do que nós estamos vendo hoje no Brasil, o que se reflete na cidade de Porto Alegre com a privatização da nossa empresa de tecnologia da informação e comunicação, que é a Procempa, e é um processo que se desenvolve também com a Procergs, com o Serpro, em nível nacional. No Brasil, abre-se mão de uma autonomia do Estado na produção do desenvolvimento tecnológico, por isso que, do ponto de vista estrutural, cada vez mais, nós somos um País dependente da produção e exportação de *commodities*, numa matriz econômica que é completamente atrasada. Então, esse discurso de que nós vamos ter a cidade na palma da mão, de que a gente está avançando na questão tecnológica, aqui, na verdade, não corresponde à realidade; a gente está criando uma dependência cada vez maior do setor privado e impedindo que o Estado possa se desenvolver junto com as necessidades da maioria da população nesse sentido. E é o que acontece com o tema da Procempa aqui. Vejamos bem, nós estamos falando, primeiramente, de uma empresa superavitária, isso é importante lembrar, foi por isso que no ano passado, quando teve a greve que já foi criticada aqui neste plenário hoje, o próprio Tribunal do Trabalho, consolidando o processo de mediação, decidiu que deveria haver reajuste, porque havia saúde

financeira na empresa para que isso acontecesse. Hoje nós temos uma empresa que, infelizmente, está com déficit pessoal, temos 70 vagas abertas na empresa, e iniciamos o segundo ano da gestão do prefeito Sebastião Melo sem perspectiva de ter concurso para fortalecer esse quadro, e a proposta que a gente está debatendo hoje vai de encontro nesse sentido, ela se choca com a possibilidade de a gente ter um quadro técnico qualificado e autônomo da Procempa, que siga desenvolvendo essa expertise, esse acúmulo, esse *know-how* que a empresa desenvolveu ao longo de tantas décadas. Não ter concurso na Procempa neste momento pode fazer com que se consolide a discussão que nós fizemos ano passado, que é, ao relegar a Procempa a segundo plano, ao tirar a Procempa de uma estratégia de desenvolvimento da cidade, nós colocamos Porto Alegre, hoje, num caminho de um apagão no seu sistema de informações, num apagão de dados. Isso é uma preocupação para o conjunto da população. A Procempa, hoje, ajuda a viabilizar serviços na área de segurança, de arrecadação, de saúde. Vejam só, o tema da proteção de dados na questão da saúde é extremamente sensível hoje no Brasil inteiro. Nós tivemos, em 2020, um vazamento de mais de 200 milhões de informações pessoais, sensíveis à população brasileira com relação ao SUS; hoje nós estamos diante de um apagão do sistema da própria covid. Aqui na cidade de Porto Alegre, isso é uma questão que está diretamente relacionada com a Procempa, e está nítido que, em nível nacional, hoje o Estado não consegue garantir uma proteção nesse sentido. Ao privatizar, ao renegar para terceirizações, para contratualizações que vão gerar custos para o Município, nós estamos criando esse perigo, nós estamos vendo uma possibilidade, neste momento, de a população ficar desprotegida. Então, quando a gente debate a necessidade de mais contratação, de um papel ativo da Procempa no controle da tecnologia da informação e da comunicação na cidade de Porto Alegre, nós estamos falando da proteção daquilo que é público, dos serviços, daquilo que é interessante para o combate à desigualdade na nossa cidade. É por isso que nós vamos votar contra este projeto e queremos, sim, que a Procempa abra um processo de concurso público e se fortaleça na gestão municipal para que possamos, a partir disso, ter desenvolvimento de tecnologia na cidade de Porto Alegre e ter um papel de Estado ativo como é nos países, considerados pela maioria dos vereadores desta Casa, desenvolvidos. É o Estado que faz esse controle e não é isso que nós estamos vendo na cidade de Porto Alegre neste momento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 048/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão; colegas vereadores e vereadoras. Inicialmente, desejo um bom ano para todas e todos para que a nossa cidade possa crescer, se desenvolver, atacar o desemprego, atacar a fome, atacar a injustiça social, a desigualdade, mas, principalmente, que esta cidade comece a atacar o sucateamento das estruturas públicas.

Este projeto fala disso. Estão querendo transformar a Prefeitura em algo temporário, não querem nada de políticas públicas permanentes, duradouras, que ataquem os problemas na raiz. Não, é tudo temporário, dura pouco tempo, a gente descarta. Há um sucateamento deliberado porque a ordem geral do governo é o neoliberalismo, é menos Estado, é menos política pública com continuidade, é menos dinheiro para o povo, é mais recurso para a iniciativa privada e menos para a pública. O que nós estamos vendo aqui é a destruição das carreiras públicas de Estado. Eles não acreditam que tenham que ter servidores com estabilidade, com conhecimento de causa nas várias políticas para desenvolver, ao longo dos anos, maior qualidade. Vocês vejam bem, por que os médicos do HPS fazem importantes, belíssimas cirurgias e com muita qualidade? As pessoas chegam lá quase morrendo e têm a sua vida salva. São os enfermeiros, os técnicos, todos que atendem, porque as pessoas que vão para o HPS são atendidas por servidores com estabilidade, com conhecimento. À medida que eles fazem uma cirurgia, fazem a outra, e outra, estão lá há 10, 15 anos, mais experiência eles têm, mais conhecimento eles têm. A mesma coisa no DMAE; no DMAE o servidor vai aprendendo, ao longo do tempo, a trabalhar numa rede de encanamentos que é bem diferente a depender da região: tem encanamento de ferro, tem de plástico, tem de cerâmica, tem de tudo, tem ligações diversas, as pessoas vão construindo, inclusive, um mapa na sua cabeça de como estão organizadas as vias do DMAE. Isso tudo é o servidor de carreira. O que está acontecendo com a terceirização? As pessoas não sabem, não conhecem, sabem pouco, porque elas ficam pouco tempo, não recebem incentivo, o salário é baixíssimo e logo elas pulam fora para buscar R\$ 100,00 a mais, R\$ 200,00 a mais, é o que está acontecendo agora em esgotos pluviais na cidade. Mais de 200 servidores estão procurando outros empregos, porque estão pagando abaixo do piso de servente, abaixo do piso de pedreiro. O piso de pedreiro é R\$ 1.800,00, estão pagando R\$ 1.600,00 no DMAE. E agora, nas questões concernentes à tecnologia, nós estamos vendo a mesma caminhada que não vai dar certo. Tecnologia não é brincadeira, tem que ter conhecimento, tem que ter investimento. Estão desinvestindo na Procempa porque é proposital. O caminho da privatização é sucatear, desidratar, tirar receita para, depois, entregar. Aí diz: “Olha, é ineficiente, não tem receita”. Mas claro, a Procempa foi criada para oferecer serviço para a Prefeitura e agora a Prefeitura contrata outras empresas ou cria cargos temporários. É inócuo, criando cinco cargos hoje, funções que a Procempa já pode exercer, pode ser contratado pelo Município. Votarei contra, como votei no outro projeto. Fui voto contrário àqueles dez cargos que criavam, nós não podemos criar estruturas paralelas, nós temos que fortalecer. A mesma coisa com o SUS. Está lá o HPV com terceirização, e as pessoas não têm controle sobre a terceirização. É uma vergonha isso, porque o cidadão paga caro o imposto, a Prefeitura arrecada R\$ 22 milhões por dia, no RecuperaPOA são R\$ 400 milhões, aí vem o prefeito e é só contrato temporário, na educação é contrato temporário, na saúde é contrato temporário. O que está acontecendo nos postos de saúde – muitos aqui não usam o posto de saúde, eu uso, eu sou cadastrado desde criança, desde os 8 anos de idade, quando vim para Porto Alegre, no Beco do Adelar onde os médicos são de carreira, eles conhecem a história da gente – é que os médicos, que estão indo para o

terceirizado e que estão recebendo salário baixo, pulam fora, eles não criam vínculo com a comunidade. Tem que criar vínculo. Não sou contra os trabalhadores com vínculo do terceirizado, é diferente, sou a favor, mas a gente tem que criar vínculos no serviço público e conhecimento de causa naquilo que se faz. O que estamos vendo na Procempa é o seu sucateamento e a sua entrega para iniciativa privada. Coisas que poderiam ser feitas pela Procempa, o prefeito manda um projeto para outros fazerem. Isso não é criar vaga, não adianta vocês defenderem aqui, isso é ruim. Para concluir, Presidente, eu lamento muito que em 2022 a gente continue nesse curso, é um curso ruim. Espero que o prefeito recobre os sentidos da boa política e entenda que os servidores de carreira estão a favor da cidade e querem construir política pública. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Giovane Byl assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLE nº 048/21. (Pausa.)

(Procede-se à leitura da Emenda nº 01 ao nº PLE nº 048/21.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): REJEITADA a Emenda nº 01 ao PLE nº 048/21.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 048/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 21 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): APROVADO o PLE nº 048/21.

Estão suspensos os trabalhos para realização de Reunião Conjunta das Comissões Permanentes. Solicito ao Ver. Claudio Janta, presidente da CCJ, que assuma os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 11h28min.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 12h08min: Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Mauro Zacher (PDT): Presidente Cecchim, eu estou recebendo aqui, pelo meu WhatsApp, informação de algumas lideranças comunitárias, de que existe falta de água em alguns bairros. Quero solicitar a sua intervenção, como Presidente, com uma relação forte com o Executivo, que a gente pudesse fazer um mutirão - sei da preocupação do prefeito Melo em relação ao assunto - minimizar o problema da falta de água do bairro com caminhões-pipa, que pudessem abastecer. Eu estou desatualizado das ações do governo, apenas, estou sendo cobrado pelo WhatsApp por algumas lideranças.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quais são as localizações?

Vereador Mauro Zacher (PDT): Vêm da Lomba do Pinheiro e do Partenon. Já vejo que começa a correr, pelas redes sociais, uma cobrança pela falta de água que já se estende há um, dois dias. Faço esse devido registro, sei que V. Exa. pode agir com o governo. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vamos fazer contato. Obrigado, Ver. Mauro Zacher. Vereadores, voltamos à sessão.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, eu, como líder do governo, e o Ver. Oliboni, líder da oposição, solicitamos que o PLE nº 056/21 e o PR nº 050/21 possam ser votados sem discussão e encaminhamento, em bloco e com votação simbólica, para que possamos passar os dois projetos de uma forma mais rápida.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Isso inclui as emendas?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, vereador, sobraram dois projetos: o PLE nº 056/21, que trata da autorização para contratação de operação de crédito no BRDE, e o Projeto de Resolução nº 050/21, com a Emenda nº 01, que faz a alteração dos cargos de jornalistas. A ideia seria votar primeiro o PLE nº 056/21 e depois o Projeto de Resolução nº 050/21.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Sim, mas o projeto da Mesa tem uma emenda; pergunto se nesse acordo nós estamos incluindo a emenda ou votamos a emenda em separado?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A emenda será votada separada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver.^a Mari Pimentel, está dentro do acordo para atender a orientação do Tribunal de Contas do Estado.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): A emenda será votada de forma simbólica, aqueles que são contrários podem registrar os seus votos, e depois o projeto, bem tranquilo.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): *O.k.*, de acordo.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1357/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 056/21, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). (SEI 118.00363/2021-51)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relatora-Geral Ver.^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 04-01-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 056/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Mesa Diretora, ao PR nº 050/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1005/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 050/21, de autoria da Mesa Diretora, que extingue 7 (sete) cargos em comissão de Assessor Jornalista e cria 7 (sete) cargos em comissão de Assessor Parlamentar de Plenário no item Função Específica do Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Alegre, constante no art. 20 da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores. **(SEI 014.00038/2021-10)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 22-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão a Emenda nº 01 ao PR nº 050/21 e o PR nº 050/21. Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PR nº 050/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade da Ver.^a Mari Pimentel, do Ver. Ramiro Rosário e do Ver. Felipe Camozzato, e com a abstenção do Ver. Jessé Sangalli.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o PR nº 050/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nada mais havendo a tratar, e como os projetos restantes ficaram para o mês de fevereiro. Vamos encerrar a presente sessão e convocamos as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores para o dia 3 de fevereiro, às 14h aqui. Parabéns pela agilidade dos projetos...

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, o edital não prevê a convocação hoje e amanhã para analisarmos esses projetos, em 24 horas, por que a gente não analisa já amanhã esse projeto, se amanhã se encerram as 24 horas?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor tem razão, Ver. Claudio Janta, mas tem resistência de alguns vereadores para que se faça amanhã a votação desses projetos.

Vereador Claudio Janta (SD): Então, reúne os líderes hoje à tarde e vamos ver, ou agora mesmo. Agora, se foi feita uma convocação para votar os projetos em duas sessões, hoje e amanhã...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu vou consultar a Ver.^a Comandante Nádia e o Ver. Aldacir Oliboni, da oposição. Ver.^a Comandante Nádia, o que o Ver. Claudio Janta propõe é que amanhã, à tarde, depois de 24 horas, se faça uma sessão para atender o pedido do Ver. Mauro Pinheiro, que é o deferimento do Ver. Ramiro Rosário.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, permita-me, nós, da oposição, não damos acordo para fazer outra extraordinária. Foram dadas 24 horas e foi acordado. No momento em que estava sendo feita essa solicitação, foi dada vista e agora V. Exa. acaba de anunciar, também, a questão do ano, iniciando no dia 3 de fevereiro. Nós fazemos um apelo aqui para que as pessoas, colegas vereadores e vereadoras, que muitas não estão aqui, ou os que estão aqui com viagem marcada, em período de recesso, por favor, por gentileza, com coerência, eu peço que transfira tudo para fevereiro. Esses dois projetos não têm tanta urgência, como se percebe. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem. Como há divergências, eu vou colocar em votação. Vou colocar em votação a realização da sessão no dia de amanhã.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, nós já temos uma extraordinária convocada para amanhã, o pedido de vista é de 24 horas, acho que nós temos que fazer, até porque, em fevereiro, nós temos que definir essa questão do lotação e nós não vamos ter tempo hábil para isso. Então eu acho que temos que ter a extraordinária amanhã, sim, vamos fazer a votação e vamos decidir.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, só para uma questão de organização e segurança jurídica, já está convocada uma sessão para amanhã, e nós já nos organizamos para vir amanhã. Peço a V. Exa. que nós mantenhamos o nosso cronograma.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, 24 horas, isso não dá prazo para ser amanhã. Amanhã, às 9h30min, não fecha o período de 24 horas. Portanto, não tem como fazer uma extraordinária amanhã, às 9h.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Só para esclarecer, às 9h30min era a sessão de hoje, amanhã seria convocada às 14h30m.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, eu ia fazer essa sugestão que o senhor mesmo já anunciou, de que a extraordinária que já está convocada para amanhã, ao invés de ser na parte da manhã, façamos na parte da tarde. E eu quero fazer um apelo aos vereadores, já que não foram concedidas vistas coletivas, e a gente sabe aqui, não é? O menos esperto aqui é vereador. Que amanhã a gente não faça o pedido de vista novamente, porque essa manobra...

Vereador Claudio Janta (SD): Ver.^a Comandante Nádia, eu reformulei um pedido ao Presidente e ele disse que estaria *o.k.* com vistas coletivas, em março também.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Excelente, então, vistas coletivas no três e no quatro. E que amanhã a gente possa votar, porque, efetivamente, em fevereiro, tem a subida da passagem dos ônibus, e nós já vamos estar com a possibilidade de diminuir o valor do lotação, por isso, a preocupação. E tem uma fala do prefeito Melo que vou passar aos vereadores para que tenham entendimento melhor desse projeto que não é um bicho de sete cabeças.

Vereadora Laura Sito (PT): Presidente, olhando o edital de convocação, percebo que tanto hoje quanto amanhã, ambas foram convocadas para às 9h30min. Então, a informação de que amanhã seria às 14h não bate com o edital de convocação. Estou aqui com o edital aberto.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver.^a Laura, eu imagino que os vereadores preferiram às 14h30min, e não às 9h30min de amanhã.

Vereadora Laura Sito (PT): Eu digo por conta das 24 horas, Presidente, portanto, se é conforme o edital, que é o que estão reivindicando alguns vereadores, seria às 9h30min.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O edital, exatamente porque a experiência mostra que são necessárias mais de uma sessão no curso do dia, o edital convoca, para os dois dias, a partir das 9h30min da manhã, podendo se prolongar durante todo o dia.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Esclarecida a questão.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente Cecchim, eu, na condição de vice-presidente da CECE, não dou acordo para a Reunião Conjunta das Comissões de amanhã. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O acordo é da comissão, vereador.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, era para justamente para esclarecer esse ponto do diretor Luiz Afonso, quando ele diz que é a partir das 9h30min, pediria à vereadora que fizesse uma leitura diferenciada do nosso edital. O edital é um pouco mais complexo do que parece.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Tendo em vista que a maioria prefere que se resolva esse assunto amanhã, convoco todos os colegas vereadores para amanhã, às 14h30min, termos a votação, entrando direto na Ordem do Dia, ou em seguida na Reunião Conjunta das Comissões. Ver. Claudio Janta, o senhor está convocado para participar presencialmente aqui.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 12h22min.)

* * * * *